

Edição v. 41
número 2 / 2022

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 41 (2)
mai/2022-ago/2022

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Da constituição da diferença à indiferença do morrer: produções e contraproduções acerca das mortes (e vidas) trans

From the constitution of difference to the indifference of dying: productions and counterproductions about trans deaths (and lives)

DAYANE DO CARMO BARRETOS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: dayanecbarretos@gmail.com. ORCID: 0000-0002-1947-4439.

JOANA ZILLER

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: joana.ziller@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3150-1567.

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: mamprado@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3207-7542.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

DO CARMO BARRETOS, Dayane; ZILLER, Joana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da constituição da diferença à indiferença do morrer: produções e contraproduções acerca das mortes (e vidas) trans. Contracampo, Niterói, v. 41, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2022.

Submissão em: 13/01/2022. Revisor A: 23/02/2022; Revisor B: 04/03/2022; Revisor B: 29/03/2022. Aceite em: 02/04/2022.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v41i2.52819>

Resumo

As produções que abordam as violências que acometem pessoas trans e travestis contribuem para a configuração social de imaginários acerca desses corpos. Tendo em vista esse pressuposto, apresentamos neste artigo a constituição da dissidência de gênero a partir das diferenças inscritas em uma matriz subalternizante, criadas no interior do projeto colonial e moderno de poder, com o intuito de refletir acerca de como tal dinâmica atravessa as violências a que esses sujeitos estão submetidos diariamente. Para além desse objetivo, observamos nuances nas produções, efetuadas pela mídia e outras instituições, assim como contraproduções, principalmente as realizadas pelo movimento social, que promovem um enfrentamento, a fim de compreender as disputas que estão presentes nesse contexto de violências.

Palavras-chaves

Corpos trans e travestis; Violência; Decolonial; Mídia.

Abstract

The productions that address the violence that affect transgender people contribute to the social configuration of imaginaries about these bodies. From this point of view, we present in this article the constitution of gender dissidence from the differences inscribed in a subalternizing matrix, created within the colonial and modern project of power, in order to reflect how such dynamics crosses the violence to which these subjects are subjected daily. In addition, we observe nuances in the productions, as well as counterproductions that promote a confrontation, in order to understand the disputes that are present in this context of violence.

Keywords

Transgender bodies; Violence; Decolonial; Media.

Introdução

Ainda que imagens, discursos e sentidos sobre a violência sejam apropriadas midiaticamente a todo tempo, tal apropriação não ocorre do mesmo modo. As mortes não são lamentadas da mesma forma, não há uma distribuição igualitária do luto (BUTLER, 2015). No que diz respeito aos corpos dissidentes, a morte violenta chega a assumir mesmo um caráter pedagógico, uma vez que mostra as consequências de ousar resistir à norma. É o que ocorre na maioria das vezes com os assassinatos de pessoas trans e travestis: os enquadramentos midiáticos, que reproduzem o que consta nos boletins de ocorrência, culpabilizam as vítimas, buscam justificativas para o crime na sua conduta, destacam a dissidência e, com isso, escancaram a lógica normativa que faz com que essas mortes sejam até mesmo almejadas, como um expurgo. Isso ocorre porque a diferença é operacionalizada a fim de definir as condutas desejáveis e as indesejáveis, que devem ser impedidas, extintas. Em contrapartida, há contraproduções que enfrentam esses imaginários, buscam restituir o vínculo ético de cuidado com o Outro, tensionar essa apropriação arbitrária da diferença que responde a regimes de poder coloniais e modernos. O que há, portanto, é uma disputa, que mobiliza a mesma violência, com intuítos diversos. São essas as questões que nos mobilizam neste texto.

O presente artigo consiste em parte de pesquisa mais ampla que buscou investigar as disputas de sentido nas produções que abordam os assassinatos de travestis e transexuais em Minas Gerais em 2017 e 2018. O fragmento apresentado traz, principalmente, as nossas inquietações a respeito da constituição da diferença no interior da matriz subalternizante colonial, que permite observar como a violência a que esses corpos estão submetidos está intimamente vinculada a tais dinâmicas.

Para tanto, iniciamos o texto com reflexões sobre gênero e colonialidade, buscando compreender como a dissidência de gênero é configurada a partir de uma lógica de hierarquização da diferença. Logo após, avançamos no debate sobre a violência, não apenas para identificá-la enquanto presença constante na vida dos corpos dissidentes, mas também para compreendê-la como resultado de uma negação ao chamado ético do Outro (BUTLER, 2011) à responsabilização (KILOMBA, 2019), que está presente nas produções midiáticas que abordam tais violências, das quais retiramos imagens que explicitam nosso argumento. Ainda nesse esteio, avançamos na reflexão sobre a não-violência, com o intuito de vislumbrar enfrentamentos possíveis.

Além disso, a fim de discutir também as contraproduções que resistem, trazemos o levantamento dos assassinatos realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), com os dossiês anuais que, não apenas compilam dados sobre esse contexto de violência, como também reúnem debates, demandas e reflexões que se configuram enquanto um clamor de “PAREM DE NOS MATAR!”.

O levantamento dos assassinatos é realizado pela ANTRA desde 2017. O documento não apenas organiza os dados do Mapa de Assassinatos, mas também expõe questões vinculadas à violência a que as pessoas trans e travestis estão submetidas. Estruturalmente, os dossiês são compostos por dados de assassinatos analisados e categorizados, assim como gráficos desenvolvidos a partir desses dados, sobre perfil das vítimas e dos crimes, além de artigos acadêmicos que versam sobre a temática.

Conforme consta no dossiê lançado em 2020, a metodologia utilizada segue o padrão internacional da ONG Transgender Europe (TGEU), utilizando principalmente as notícias sobre os crimes como fonte, mas também dados informados por ativistas e pela própria comunidade. Atualmente os dados coletados e organizados pela ANTRA nos dossiês são utilizados como fonte para o Atlas da Violência produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Não há aqui o intuito de realizar uma análise sistematizada das imagens veiculadas midiaticamente e do material produzido pela ANTRA, mas de apresentá-los e tensioná-los a partir das inquietações que nos mobilizam neste estudo.

Diferença, dissidência de gênero e colonialidade

Ao discutir as formas como as normas de gênero constituem a experiência dos corpos é fundamental inserir esse corpo em sua dimensão relacional, ou seja, pensá-lo em relação com o Outro. É exatamente nesse encontro que a diferença se configura. Muito longe de ser um dado, um descritor, a diferença é um instrumento que pode ser utilizado para subalternizar determinados, sujeitos e experiências e, conseqüentemente, ser apropriado enquanto argumento para a resistência. Nesse sentido, os estudos decoloniais nos oferecem uma importante contribuição no que se refere à compreensão da diferença a partir de matrizes de poder de ordem colonial e moderna.

A corrente de estudos decoloniais baseia suas discussões no questionamento acerca das formas de saber que sempre nos serviram de base epistemológica. Tais bases são historicamente eurocêntricas, portanto, geograficamente situadas, no entanto, se apresentam como proposições que abarcam questões do mundo todo, incluindo o chamado sul global. A valorização desse saber pretensamente hegemônico e universal cria padrões em nossas formas de ver o mundo, o sujeito epistêmico europeu da modernidade se coloca enquanto neutro, servindo como medida para determinar o padrão universal em contraposição com as outras formas de conhecimento – e também com os outros sujeitos. Oposições como objetivo/subjetivo; universal/específico; neutro/pessoal, são muito mais do que simples categorias semânticas: elas estabelecem relações de poder que definem posições hierárquicas e qualificam a fala, o conhecimento e o lugar epistemológico de cada sujeito, definindo, por fim, quem é que pode falar (KILOMBA, 2019).

Um conceito muito importante para a corrente é o de raça, que, para além de ser apenas uma identificação de diferenças fenotípicas, foi utilizada para subalternizar sujeitos, tendo a branquitude como a medida. Sendo assim, identificam-se dados de aparência, reúnem-se esses corpos criando as diferenças, para então hierarquizá-las sob o pretexto de que se partiu de um dado biológico, científico, verdadeiro. Portanto, não existiam negros antes da escravidão, nem indígenas antes da invasão: tal caracterização é forjada em função dos lugares sociais subalternizantes que lhes são atribuídos.

A ideia de colonialidade, central para os estudos decoloniais, pode ser conceituada como referente a dinâmicas econômicas, políticas e sociais que foram criadas com a colonização, mas que perduram até os dias de hoje, séculos após o fim do sistema colonial. Aníbal Quijano (2005) entende a colonialidade como uma estratégia da modernidade que contribui para o fortalecimento e a manutenção do capitalismo. Essa estratégia se desenvolveu como forma de manter o domínio europeu, através de uma compreensão hierarquizada das diferenças de raça e de classe. O processo teve início na invasão das Américas, com a dominação dos povos americanos e a imposição dos saberes europeus, entendidos como superiores. Desse modo, é exatamente a diferença que serve como argumento que vai legitimar a dominação, em uma lógica que está desde sempre articulada com as questões de gênero. Aqui gênero, raça e classe são elementos articuladores dos sentidos coloniais atribuídos às racionalidades das hierarquias. Para além da inferiorização de raças, Quijano afirma que o controle do trabalho e das suas relações em torno do capital e do mercado contribuem para o estabelecimento e a manutenção dessa forma de poder. María Lugones (2008), ao dialogar com o trabalho de Quijano, explicita a colonialidade do gênero. Ou seja, a exploração capitalista, a racialização e a generificação são inseparáveis no sistema colonial e permanecem na colonialidade.

Segundo Grada Kilomba (2019), o sujeito é, por concepção, relacional. Não há uma substancialidade, o sujeito só existe a partir da relação do indivíduo com a sociedade. É nesse esteio que vemos emergir a diferença como categoria que se converte em hierarquização. A diferença se dá sempre a partir daquele que detém o poder de ser definido como a norma: ele é o parâmetro. Como na dinâmica do poder não basta que o Outro seja diferente, mas ele deve ser necessariamente inferior, ocorre uma hierarquização que se justifica pela diferença. Assim, são os sujeitos incompletos que se tornam o Outro e o processo de incompletude e inferiorização é, portanto, perpassado pelo poder. É quando o preconceito se junta ao

poder que se cria o racismo.

Os estudos decoloniais, portanto, apresentam uma compreensão da operacionalização da diferença racial como forma de dominação-exploração, assim como demonstram como a colonialidade relaciona-se intimamente com o capitalismo, ou seja, raça e classe entram na discussão. Ainda nesse esteio, María Lugones (2008) parte da discussão de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do poder, segundo a qual o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito de caráter colonial e eurocêntrico, para propor uma reflexão sobre o gênero nesse âmbito, uma vez que Quijano não apenas não avança nessa linha, como quando apresenta a problemática de gênero o faz a partir de uma concepção patriarcal e heterossexual. Após reconhecer as contribuições e limitações de Quijano, Lugones (2008) argumenta que o dimorfismo biológico, a heterossexualidade e o patriarcado são característicos do lado claro/visível da organização colonial e moderna do gênero. E acrescenta: “o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos com maiúsculas e hegemonicamente no significado mesmo do gênero” (LUGONES, 2008, p. 78, tradução nossa).

Lugones (2008) parece nos convidar a repensar tanto a ideia de um dimorfismo biológico, como a da dicotomia de gênero entre homem e mulher a partir de uma matriz decolonial, que nos permite compreender que tais relações e estruturas se dão a partir de um modelo moderno europeu de enxergar o mundo e analisá-lo, longe, portanto, de um modo universal de compreensão. Para ela, “problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre o dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características do sistema de gênero colonial/moderno” (LUGONES, 2008, p. 93, tradução nossa). Com isso, ela nos mostra que há um sistema colonial de gênero, que se configura a partir de uma noção moderna de gênero e das posições sociais ligadas a ele, que operam segundo a lógica da modernidade e das suas instituições. Sendo assim, podemos entender que as relações binárias de gênero, que tornam os corpos trans e travestis dissidências indesejáveis, oferecem a legitimidade que as instituições modernas precisam para seguirem funcionando da mesma forma, reiterando esquemas de dominação dos quais a família tradicional heterossexual e cisnormativa é uma das principais engrenagens.

Em um texto mais recente, Lugones enfatiza que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (2014, p. 935). E convida a enxergar que houve uma internalização da dicotomia homens/mulheres no processo de construção da norma social que definiu a civilização, a cidadania e o pertencimento à sociedade civil, processo que é renovado constantemente.

A materialidade da colonialidade do poder, e também do gênero, demanda uma resistência conjunta, de dentro, que possibilite enxergar uma nova forma de compreender o mundo e viver nele, a partir da relação, do compartilhamento, do reconhecimento. Ao invés de seres dicotomicamente divididos, entender os sujeitos em sociedade como pessoas em relação, e não fragmentos hierarquicamente ordenados de forma violenta (LUGONES, 2014).

Rejeitar as dicotomias impostas também nos ajuda a entender o poder e suas lógicas para além de uma linearidade binária, como oprimido/opressor, por exemplo. Se entendemos o poder de forma reticular, os processos de dominação e subalternização são mais complexos, não pressupõem um excluído que vai ser colocado para fora do sistema, uma vez que não há um fora do sistema, assim como não há uma figura dominante tão bem determinada que subjuga os demais. Há redes de poder que nos enredam cotidianamente, há disputas. Sendo assim, dominantes e subalternizados tornam-se categorias mais complexas, histórica, geográfica, social, cultural e politicamente constituídas e situadas. Não há, portanto, uma saída fácil de identificação das articulações dos mecanismos de dominação.

É também nesse sentido que Grada Kilomba (2019), ao expor e analisar casos cotidianos de racismo, destaca a importância de uma conscientização coletiva, “pois uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem

permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 12-13, destaques no original). Assim, a diferença pode operar de forma a nos libertar de uma moralidade que nos impõe a necessidade de cuidar de todos os outros – afinal, a ideia de que todos somos iguais invisibiliza os processos diversos vivenciados por sujeitos subalternizados, com quem temos que nos responsabilizar efetivamente.

No percurso moralizante e não de responsabilização, não há sujeitos subalternizados que têm o direito de nomear as suas próprias histórias (hooks, 1989); há objetos que têm a sua história definida por outros. É o não subalterno quem define como nós, enquanto sociedade, iremos cuidar desse Outro que tanto sofre, como em um tipo de paternalismo que nada tem de libertador, ao contrário, se baseia exatamente na permanência da subalternidade. Usando os termos de Spivak (2010), subalternos não podem falar porque a sua voz nunca será ouvida pelo opressor; essa é a dificuldade de falar dentro do regime repressivo do racismo e do colonialismo (KILOMBA, 2019). A ausência da voz do subalterno no centro é emblemática em demonstrar essa dificuldade em falar, uma vez que se fala em nome dele, buscando recuperar o seu ponto de vista, romantizando o seu lugar de resistência à margem, permanentemente à margem.

A partir dessa perspectiva, vemos que a colonialidade não apenas promove a hierarquização entre norte e sul global, mas internamente, nos próprios países que passaram pela colonização, produz e reforça dinâmicas de centro e margem, através da reprodução dos mesmos parâmetros de civilização e barbárie, desejável e indesejável, que serviram para nos medir. Estar à margem não é estar fora, não há um fora, é fazer parte do todo, mas estar fora do corpo principal (hooks, 1989). Grada Kilomba (2019) fala sobre racismo, principal operação de poder da colonialidade, mas nós podemos ampliar o olhar e falar sobre outros sujeitos também subalternizados pela lógica introduzida pela colonialidade, que diz respeito a raça, classe e gênero e às articulações entre eles que provêm de regimes normativos. Ao propor que pensemos o racismo em sua dimensão estrutural, que promove uma desvantagem nas estruturas da sociedade; institucional, a partir de um tratamento desigual nas instituições; e cotidiano, se instaurando no dia a dia, a autora nos fornece uma lente para enxergarmos as dinâmicas que operam sobre os corpos dissidentes nessas três instâncias fundamentais da vida em sociedade, além de nos permitir compreender que o poder também tem que ver com permitir e tornar acessível o acesso à estrutura, à alimentação, à educação, à saúde, à mídia.

Trazendo essa leitura para o nosso interesse de pesquisa, é possível descortinar as operações da transfobia também nessas três instâncias. Nossa compreensão de transfobia passa pelo entendimento de que ela é estrutural, ou seja, está impregnada em toda e qualquer estrutura social, é um pressuposto. Além disso, esses sujeitos estão submetidos a vulnerabilidades constituídas institucionalmente, já que a dissidência será sempre notoriamente demarcada. Já no que se refere ao cotidiano, são evidentes as formas com que essas experiências são continuamente questionadas no dia a dia, rompem com a normalidade, se destacam até mesmo no simples ato de uma travesti ir à padaria comprar pão para o café da manhã, nos olhares que perseguem o corpo desviante pelos corredores, que desconfiam, que agridem silenciosamente. E é assim que a igualdade cai por terra: não há “todos somos iguais” quando uma travesti caminha na cidade sob a luz do dia.

Pensar o Outro nas lógicas violentas

A problemática da relação com o Outro também elucida questões importantes acerca dos processos de construção de estereótipos que tornam determinados corpos mais vulneráveis do que outros, como é o caso das pessoas trans. Ela permite aprofundarmos o movimento de desessencialização, possibilitando refletir sobre as dimensões relacionais que constituem nossas identidades, sociabilidades e, conseqüentemente, os enquadramentos midiáticos utilizados para compreender os fenômenos. É

necessário evidenciar que o Outro não é apenas aquele que nos causa estranhamento, com quem nos chocamos culturalmente ou que nos faz confrontarmos-nos com nossos mapas morais. O Outro é aquele que está pressuposto em qualquer relação, evidenciando a dimensão ética em que estamos implicados e permitindo uma melhor compreensão da nossa resposta à convocatória desse Outro.

Sendo assim, se a mídia propicia que imagens diversas do Outro e das suas vulnerabilidades nos alcancem, torna-se fundamental entender a lógica de configuração dessas imagens. É importante questionar, portanto, o que estão dizendo, para quem e com que propósito. Mas, mais do que isso, é preciso avançar, investigar as próprias representações, já que a simples visibilidade não é, nem de longe, suficiente para garantir uma responsabilização com o chamado do Outro.

A foto que apresenta parte do corpo de Paola ensanguentado, explicita essa emergência (Imagem 1). O chamado daquele corpo evoca a precariedade, nos termos de Butler (2015), daquela vida na medida em que não sabemos mais nada sobre ele, apenas seu clamor emerge. A partir do momento em que a matéria nos diz que se trata de uma mulher transexual, encontrada em um local frequentado por garotas de programa, com um preservativo ao lado, esse clamor se dissolve em um enquadramento de culpabilização. A única responsabilidade da morte de Paola é dela mesma, estamos isentos da responsabilização.

Imagem 1 – Foto da matéria sobre o assassinato de Paola



Fonte: G1

É possível, então, questionar o que exatamente rompe com esse chamado ético do Outro, que deveria nos impelir a zelar por essa vida, nos indignar com qualquer violência que ela sofra. A proibição do lamento pela morte de Paola, que não é uma proibição coercitiva, mas um obstáculo à constituição do vínculo ético, é uma continuação da violência a que ela foi submetida: seguimos violentando Paola, inserindo sua morte em quadros interpretativos de culpa e dissidência. O rompimento com seu chamado ético ocorre na medida em que a dissidência toma o lugar do clamor, desumaniza a vítima. A operacionalização da dissidência, nesse contexto, advém das lógicas hierárquicas coloniais e modernas que constituem a

própria diferença, ou seja, a morte do corpo dissidente é desejável, não é uma vida pela qual se deva zelar. A morte do sujeito que desvia só importa na medida em que demonstra as consequências de se desviar: nesse sentido ela é hipervisibilizada e indiferenciada em sua singularidade.

Na representação, a humanização e a desumanização ocorrem continuamente (BUTLER, 2011). Isso porque nem a representação, nem mesmo a autorrepresentação é garantia de que ocorra humanização, já que o modo como a representação se configura e emerge é definidor para que tal humanização ou desumanização ocorra.

Se, por um lado, a invisibilização impede completamente a humanização, há também movimentos que hipervisibilizam certos aspectos da vítima de forma a desumanizá-la. Assim, se permanecermos no argumento da invisibilidade, não poderemos enxergar quando o culpado pela vulnerabilização é exatamente quem promove o excesso de visibilidades específicas. É o que ocorre com Larissa, travesti morta em Governador Valadares. Na matéria que narra o caso, além do destaque para o fato de que ela tinha passagem pela polícia e fazia uso de entorpecentes, encontramos duas fotos de Larissa, uma mais atual, em que ela exibe cabelos na altura do ombro, e outra do seu próprio RG, que apresenta uma pessoa bem jovem, aparentemente adolescente, com marcadores masculinos. O excesso aqui significa mais do que o que está explícito: é uma hipervisibilidade do desvio, também demarcada textualmente na insistência em utilizar termos no masculino para se referir a ela e em omitir seu novo nome.

Algo semelhante ocorre com a matéria sobre o assassinato de Paulete (Imagem 2). As imagens desfocadas do corpo contam com um detalhe a mais: uma tarja preta cobrindo os órgãos genitais. A culpabilização pela própria morte emerge como significante único.

Imagem 2 – Fotos da matéria sobre o assassinato de Paulete



Fonte: Portal Minas

Em contrapartida, as fotos presentes nas matérias sobre Fábria (Imagem 3) e Sophia (Imagem 4) são de jovens bonitas e sorridentes, criando uma imagem dessas vítimas que contribui para uma humanização. Ou seja, ao olhar para essas produções, enxergamos uma complexa rede de imagens e discursos. Ainda que em muitos casos o que encontramos seja uma desumanização das vítimas, a

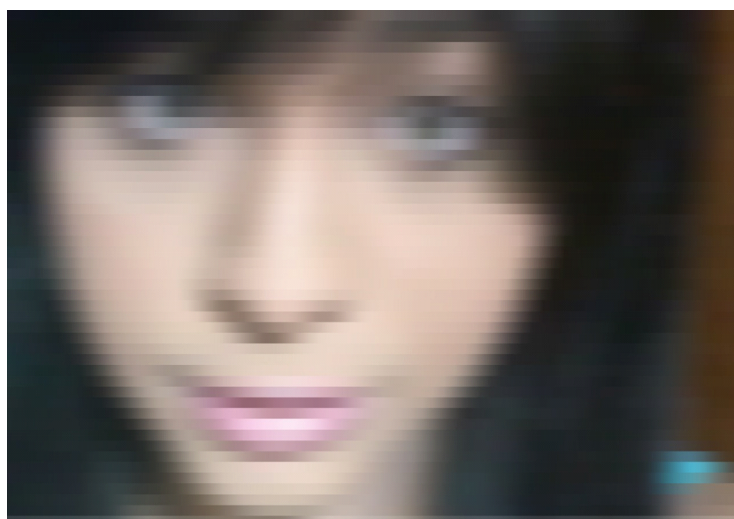
culpabilização que está nas nuances, há também movimentos de contraprodução que oferecem quadros distintos de inteligibilidade desses corpos, alçando-os ao posto de vítimas, de vidas que foram perdidas e que merecem ser lamentadas. É nesse sentido que há regimes de visibilidade que potencializam o clamor e outros que o abafam.

Imagem 3 – Foto de Fábria



Fonte: Manhauçu News

Imagem 4 – Foto de Sophia



Fonte: G1

O processo não se encerra nas produções midiáticas. Ao serem lançados no mundo social, os sentidos sobre as mortes (e as vidas), passam a ser disputados. “Algo que já emergiu no domínio da aparência precisa ser disputado como reconhecidamente humano. [...] A tarefa às mãos é estabelecer modos públicos de ver e ouvir que possam responder ao clamor do humano no interior da esfera da aparência” (BUTLER, 2011, p. 29). Como vemos ocorrer com os dossiês sobre os assassinatos produzidos pela ANTRA, que apresentam uma contraprodução discursiva que servirá de base para confrontar as discursividades hegemônicas que estigmatizam e vulnerabilizam tais corpos.

As proposições de Butler (2011) entram no esteio da nossa reflexão sobre produção e

acionamento da diferença porque ajudam a avançar na linha de pensamento que articula as redes de poder e o gênero. A partir delas é possível compreender como a relação conflituosa com o Outro é determinante para a produção de vulnerabilidades e precariedades, que se tornam parte do social. A constituição da dissidência está intimamente vinculada às normatividades e ao poder, operando na relação entre sujeitos e complexificando o chamado à responsabilização. Assim, é possível questionar: se estou eticamente vinculado ao Outro e seu chamado deve inexoravelmente me alcançar, como ocorre o rompimento com essa vinculação? Quais forças estão envolvidas nesse rompimento? E como as produções e contraproduções que emergem no seio dessas relações operam na produção discursiva desse chamado e desse Outro?

Avançar pela via da não-violência

Butler (2015) parte da compreensão de que a não-violência é um apelo que nos aproxima da responsabilidade. Responsabilidade como prática ética, que tem o intuito de preservar a vida ao invés de destruí-la, algo muito diferente do sadismo moral que nos impele a não sermos violentos através de uma espécie de perseguição, algo na linha do que sugere também Grada Kilomba (2019) sobre responsabilização.

O chamado à responsabilidade, a responsabilização é uma das principais expressões da não-violência. Assim, os vínculos que estão em jogo são sociais, o modo como nos portamos com relação aos outros diz dessa interdependência, bem como das hierarquizações constituídas pelo poder. Não se trata de escolher não violentar alguém que diretamente me ameaça, mas de conceber os laços sociais que são inerentes à nossa existência enquanto prioridade, assumir a interdependência radical a que estamos submetidos e, assim, nos responsabilizar pela manutenção da vida do Outro.

A criação desses laços não ocorre pelo amor incondicional ao próximo, pelo exercício diário de oferecer a outra face, a despeito da frustração dos cristãos. Não há a necessidade de apagar os conflitos, de apaziguar diferenças, mas de reconhecer que todos dependemos uns dos outros radicalmente, “condição sob a qual estamos arrebatadamente unidos: de uma maneira raivosa, desejosa, assassina e amorosa” (BUTLER, 2015, p. 256-257).

Se a não-violência é um apelo que não se estende apenas àqueles que conhecemos pessoalmente e com quem partilhamos experiências de vida, é preciso que o apelo do Outro nos alcance. O que faz com que ele seja necessariamente mediado para que haja uma resposta, uma responsabilização. Desse modo, o apelo “depende dos enquadramentos mediante os quais o mundo é dado e o domínio da aparência é circunscrito” (BUTLER, 2015, p. 252). Uma das formas de mediação mais evidentes é a mídia; no entanto, é necessário ultrapassar uma imagem abstrata da mídia, como algo que se comporta como um canal. Tanto as ameaças socialmente configuradas como o apelo à responsabilização são organizados midiaticamente a partir de determinadas condições de produção, resultado de disputas de poder. Assim, os enquadramentos que permitem a inteligibilidade de sujeitos a partir de múltiplas matrizes de sentido emergem e revelam diversos aspectos dos processos de precarização, vulnerabilidade e marginalização.

Para que a reivindicação da vida seja feita e ouvida, ela precisa ser mediada. Nos parece que é esse o papel do trabalho efetuado pela ANTRA no mapeamento dos assassinatos e na produção dos dossiês com análise dos dados coletados anualmente. Essa iniciativa não apenas produz um apelo pela vida de travestis e transexuais, como também confronta outros textos que circulam socialmente e que contribuem para a marginalização desses sujeitos. A disputa de sentidos é uma importante ferramenta, permitindo que uma espécie de contra-narrativa seja produzida, um grito de *PAREM DE NOS MATARI*, da dissidência que enfrenta os quadros de inteligibilidade com maior aderência social que marginalizam e matam. Faz parte do exercício da não-violência denunciar as violências naturalizadas como verdades sobre os corpos.

A relação íntima entre a mídia e a sociedade – com as dinâmicas de poder e resistência que a

constituem – faz com que determinadas mortes tenham um tratamento midiático mais cuidadoso do que outras, com um acompanhamento de todo o processo de investigação e julgamento, o que não ocorre quando as vítimas são pessoas já invisibilizadas, como é o caso das pessoas trans e travestis. As lógicas de marginalização estão presentes também nas narrativas sobre violência, mesmo que não de forma explícita, muitas vezes na própria abordagem do acontecimento. Assim, há, de saída, pelo menos duas formas de tensionar essas abordagens reducionistas da violência no caso das vítimas de que tratamos aqui:

- 1) Pela invisibilização: é só mais uma vítima em meio a tantas outras;
- 2) Pela disciplinarização: veja só o que acontece com quem tenta romper com a norma.

Uma não exclui a outra, pelo contrário, são complementares e atravessam tanto a vida social como as apropriações midiáticas, conjuntamente, se retroalimentando.

Contudo, para além do que compreendemos como mídia tradicional, e com um importante potencial de agendamento, algumas estratégias têm sido adotadas no sentido de dar visibilidade a essas violências que, exatamente por se repetirem diariamente, dizem de uma realidade mais ampla, de uma sistematicidade. As redes sociais, com suas lógicas próprias, possibilitam que discursos sobre violências contra determinados corpos emergjam e viralizem, chamem atenção, constituindo um outro acontecimento através da sua reverberação, muitas vezes reaparecendo como denúncia na própria mídia tradicional. Não é nossa intenção investigar esses fluxos de resistências nas redes sociais, mas é importante apontar que, para além do que se entende como mídia, compreensão que muitas vezes está circunscrita às mídias tradicionais, existe uma multiplicidade de reivindicações de visibilidade que promove uma indignação compartilhada, que tensiona e problematiza as representações cotidianas da violência sistêmica.

A emergência de narrativas que confrontam as formas reducionistas de abordagem da mídia tradicional demonstra que, mais do que exigir visibilidade, é fundamental refletir sobre qual o tipo de visibilidade que nos interessa, em se tratando de violências contra minorias. A visibilidade do sofrimento é um tema tratado por Angie Biondi (2016) em uma discussão que cerca o que a autora chama de sofrimento mediatizado. Atenta às complexidades que envolvem essas visibilidades, Biondi investiga a capacidade expressiva do corpo sofredor no fotojornalismo, destacando a evocação moral, as relações de poder e o próprio estado de sofrimento que envolvem esses corpos em suas expressões e nos regimes de visibilidade que os configuram.

Biondi (2016) define três modos com que o corpo sofredor figura no fotojornalismo, uma caracterização que nos parece potente e nos auxilia a discutir as possibilidades de visibilidades desses corpos que se encontram em determinada situação de vulnerabilidade. O primeiro é o suplício, em que o corpo sofredor está submetido às causalidades do mundo e, portanto, não demanda responsabilização nem indica culpados por aquele sofrimento. Já no segundo, do corpo assujeitado, o assujeitamento ocorre como um processo em que estão envolvidas resistência e submissão, um agente em processo de assujeitamento e não mais apenas submetido a causalidades. O terceiro, o do corpo abatido, diz respeito ao corpo assassinado, despotencializado biologicamente e/ou existencialmente, como o que vemos nas imagens de Paola e Paulete.

Nos três casos, a articulação com o poder é nítida: cada um se configura a partir de modelagens específicas do poder, expressas plasticamente nas imagens que a autora analisa. Se o primeiro diz respeito a uma punição que não carrega culpa, o segundo representa um enfrentamento às normatividades e o terceiro explicita a diferença entre as formas de vida (BIONDI, 2016). Essas estratégias variadas de promover a visibilidade do corpo que sofre demonstram que os modos com que a mídia se apropria do sofrimento em suas produções estão intimamente vinculados a operações do poder, variando conforme critérios diversos, como conformidade à norma, fragilidade, culpabilidade, moralidade, entre tantos outros. Esse contexto é, portanto, muito mais complexo do que uma simples submissão a lógicas de ordem econômica

e busca por audiência, assim como a dinâmica do próprio poder na sociedade é complexa.

Sendo assim, o ponto de partida é compreender que os regimes de visibilidade já são por si só complexos (BIONDI, 2016). No nosso próprio cotidiano, ao caminhar pela cidade, nos encontramos com diversos sujeitos, corpos notoriamente sofredores, que iremos enxergar conforme nossas próprias referências e os imaginários dos quais compartilhamos. É evidente que a mídia exerce um importante papel na conformação desses modos com que enxergamos o outro, mas ela não é a única. Segundo Biondi:

Cotidianamente, o sofrimento continua a nos inquirir de algum modo, mas agora suas concepções são perpassadas pela visibilidade midiática, através do que a imprensa oferece nas situações que expõe, pela cobertura que amplia ou reduz o que se sabe sobre seus acontecimentos, enfim, pela força de suas aberturas ou de seus constrangimentos (BIONDI, 2016, p. 41).

Assim, o que há, na verdade, é uma complexificação dos regimes de visibilidade quando eles se cruzam com a mídia, já que dentro do que chamamos de mídia existem lógicas institucionais, rotinas produtivas, linhas editoriais próprias. Por exemplo, a forma como essa visibilidade se configura midiaticamente muda conforme muda o tipo de veículo: a abordagem para a televisão é muito diferente das produções que serão veiculadas em meio impresso; *online*, no rádio ou em um *podcast*, o apelo das imagens muda, a estrutura do texto verbal (escrito ou oral) muda. Todas essas especificidades acabam por afetar os modos como esse sofrimento se tornará visível ou perceptível para as pessoas, sendo que ainda ocorrerá o cruzamento com os quadros de referência de cada um dos leitores e espectadores, suas experiências de vida, as regionalidades, a cultura em que eles estão imersos. Poderíamos prolongar essa lista à exaustão, contudo, o que nos parece mais importante é destacar que há toda uma complexidade que envolve tanto a definição de uma abordagem midiática – no que diz respeito a âmbitos como institucional, ideológico e político – como a apropriação por parte do público com relação àquela produção.

A potência das contraproduções

Ao acionar a violência e os riscos a que seus corpos estão submetidos diariamente, que alcança o seu ponto máximo com os assassinatos, a ANTRA - e outras associações que compõem o movimento social que lida com questões trans e realizam um trabalho semelhante - operacionaliza os sentidos da violência e da morte, transformando-as em uma espécie de ferramenta de contraprodução. Ou seja, enquanto socialmente as pessoas trans são estigmatizadas, compreendidas através de uma lente que entende esses corpos como um risco para a sociedade, submetidas a leituras superficiais que as inserem em um contexto de marginalidade, os dossiês vão construí-las enquanto vítimas, emitindo um grito sôfrego que diz “parem de nos matar!”, além de retirar esses corpos do contexto de invisibilidade estratégica em que estão inseridos, transformá-los em vidas passíveis de luto (BUTLER, 2015), para que sejam concebidas enquanto vidas realmente.

Esse esforço não serve apenas para as mortas, mas é uma estratégia para reformular os quadros de sentido que acompanham aquelas que estão vivas, contribuindo para o reconhecimento público das vulnerabilidades dessas vidas precárias. “No recurso às mortes, as vidas dos mortos são esquadrinhadas em socorro às vidas dos vivos. Vidas e mortes, assim, acham-se dialeticamente comprometidas”, nos diz Roberto Efreim Filho (2016, p. 317).

Documentos institucionais tais como os produzidos pela ANTRA se configuram como atores nessas disputas entre movimento social e Estado, deixam de ser um mero registro estático e estável de mortes e crimes e passam a operar uma terceira rede de sentidos. Não há neutralidade, pelo contrário, há o acionamento de quadros específicos de sentido para a leitura dessas mortes. Cada linha desses documentos condensa questões que pulsam nas relações sociais, e a cada apropriação desses registros por instituições e movimentos há uma nova camada de sentidos que se constitui.

A violência quando acionada pelo movimento social se transforma em um instrumento de agenciamento político, além de uma estratégia discursiva que ampara a luta contra a homotransfobia. No caso da população trans, a morte enquanto ápice da violência, assim como a constante de casos de homicídios, se transforma em pauta central, na grande urgência a ser enfrentada, conforme destaca o texto do dossiê da ANTRA de 2018:

Torna-se cada vez mais difícil lutar por qualquer direito, se o principal, que é o direito à vida, está sendo negado a população trans. Atualmente, a maior luta é a sobrevivência. Essa argumentação ficará explícita com os números deste relatório: hoje não conseguimos sequer sobreviver! (BENEVIDES e SIMPSON, 2018, p. 7).

A reivindicação da violência pelo movimento social torna a violência física como o principal demarcador de urgência, devido à sua potência mobilizadora. O que ocorre é um protagonismo do ápice da violência que impede a sobrevivência de populações marginalizadas, ou seja, ainda que seja conjugada com outras pautas, a sobrevivência possui uma centralidade nas reivindicações do movimento. Desse modo, os dossiês se tornam uma ferramenta fundamental para respaldar essa luta, não apenas fornecendo legitimidade por meio dos dados reunidos e apresentados, mas também por evidenciar os detalhes dos crimes, nomear as vítimas, retirar os casos da invisibilidade a que as existências trans são sistematicamente submetidas.

Entendemos, portanto, que a violência, a brutalidade e a morte são utilizadas pelo movimento social como uma forma de legitimar a necessidade da política (EFREM FILHO, 2016). São operacionalizadas discursivamente como um modo de comprovar a necessidade da luta. Assim, as imagens e descrições de brutalidade que encontramos nos dossiês, nos boletins de ocorrência e registros policiais e nas matérias, contribuem para a construção do sujeito político do próprio movimento. A brutalidade se transforma em um recurso discursivo, uma estratégia para a definição desses corpos como vitimados (EFREM FILHO, 2016). Percebemos então que há uma disputa entre movimento social e determinadas esferas do Estado: de um lado a luta pela legitimação dessas mortes, do outro uma deslegitimação contínua, alimentada diariamente por discursos estigmatizantes que circulam socialmente. Nesse esteio, o crime de ódio nem sequer aparece como possibilidade para os profissionais da segurança pública, enquanto o movimento social busca escancarar as sutilezas da lgbtphobia e suas derivações específicas.

Assim, compreendemos que tanto a vítima como a causa do assassinato não estão dados objetivamente, eles serão resultado de uma disputa narrativa. Por um lado, o movimento social vai destacar, por exemplo, que o fato de Paola ter sido morta com 12 facadas é um indício de que pode ter sido um crime de ódio, devido à grande quantidade de golpes que foram desferidos contra a vítima; ou que a travesti encontrada afogada no rio Arrudas com sinais de apedrejamento e tiros pelo corpo, ou seja, de brutalidade, foi alvo de um ataque que parece ter tido uma motivação homofóbica. Por outro lado, a polícia vai buscar na vida da vítima as justificativas para a sua morte, levantando frequentemente suspeitas sobre o seu envolvimento com a prostituição, com o tráfico de drogas, o que evidencia o fato de que nem o lugar de vítima essas pessoas conseguem ocupar sem serem questionadas sobre o merecimento de serem assim chamadas. Essa culpabilização aparece muitas vezes nas próprias matérias que abordam os assassinatos, sendo potencializada midiaticamente. A presença desse tipo de enquadramento nos relatos variados (da polícia e da mídia) sobre essas mortes evidencia como certas convenções sociais do gênero e da dissidência estão fortemente naturalizadas e têm de ser disputadas pelo movimento social.

As brutalidades são disputadas e construídas palmo a palmo, golpe a golpe, relatório a relatório. Entretanto, aqui, o domínio do inexplicável perde espaço para as investidas políticas do Movimento. A *homofobia* é o que garante inteligibilidade para os crimes. E isso, diferentemente do que acontece com

a personagem hollywoodiana do *serial killer* ou com a seita satânica. Se a *homofobia* não explica o inexplicável diâmetro das fachadas ou das pedradas, ela minimamente oferece pistas das vinculações dessas violências com a sexualidade (EFREM FILHO, 2016, p. 328-329, destaques no original).

Nesse sentido, o caso dos dossiês é emblemático, porque eles têm como objetivo dar visibilidade às mortes em uma luta constante pela vida, ao mesmo tempo que utilizam como fonte de dados matérias jornalísticas que muitas vezes partem de um olhar estigmatizante que contribui para o contexto de vulnerabilidade e violência em que esses corpos estão inseridos. Essas produções jornalísticas fornecem certa credibilidade e veracidade aos dados apresentados nos dossiês, então acabam auxiliando no objetivo central, mesmo que as produções textuais se mostrem problemáticas. Isso demonstra que a materialidade textual que se encerra entre a manchete e o ponto final não basta para entendermos completamente a dinâmica das produções de caráter jornalístico que abordam pessoas trans e travestis, tornando necessário ampliarmos o olhar para abarcar também as dinâmicas do movimento social.

Considerações finais

As vidas dos sujeitos trans travestis estão envoltas em uma rede de vulnerabilidades muito ampla, como a discriminação, a expulsão de casa e o abandono familiar, a falta de escolaridade, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho; tudo de forma tão articulada que faz com que não reste outra possibilidade para essas pessoas a não ser se inserir em locais e situações que as colocam em risco, em confronto com o sistema. E é exatamente o confronto com a lei e a relação permanente com o risco que justifica a sua morte, tornando-a muitas vezes até desejável. Desse modo, as pessoas trans não morrem por serem trans: essa vulnerabilidade é construída e reiterada em esferas sociais diversas a partir de outras matrizes de sentido. As justificativas são variadas: “morreu por causa de um programa”, “morreu por uma dívida de droga”. No entanto, não é apenas essa a causa da morte; essas causalidades são frágeis e apenas escancaram as operações da norma de gênero para tornar os sujeitos que não correspondem a ela vulneráveis, ou seja, de operacionalizar a diferença para o reforço da própria norma.

O exercício inicial passa, portanto, pelo rompimento com a ideia de que a normatividade é, em si, violenta, para que seja possível investigar as violências operacionalizadas pela normatividade, assim como as resistências. Ainda que sejamos formados em certa medida pela violência, pela imposição violenta da norma, seja do gênero ou outras categorias sociais, é preciso retornar à concepção de poder que, muito além de ser punitivo, é também produtivo, cria os termos da resistência. Desse modo, mais do que afirmar que somos resultado de processos violentos de imposição normativa, interessa questionar como tais processos estão ligados às condições de reconhecimento e inteligibilidade dos sujeitos, à produção de enquadramentos que inserem determinados sujeitos em uma condição de vulnerabilidade e precariedade. Portanto, é fundamental articular violência e poder.

Nesse cenário, as produções midiáticas disseminam saberes e sentidos, produzem tais enquadramentos, sobre os corpos. Em contrapartida, é nessa mesma rede de fluxos informacionais que a contraprodução, ou seja, a produção discursiva de sujeitos dissidentes que confronta os discursos normativos hegemônicos, também pode ser mais facilmente disseminada. É o que vemos em iniciativas como a da ANTRA. O resultado é um emaranhado de vozes, da produção normativa e da contraprodução dissidente, que evidenciam a disputa de sentidos tão presente quando se trata dos corpos, suas identidades e seus desejos - e que encontra como alguns de seus pontos de emergência mais visíveis a mídia (que, muitas vezes, reproduz os registros policiais) e os movimentos sociais.

Pensar sobre a contraprodução efetuada pela resistência, que é também resultado da dimensão produtiva do poder, é uma forma de vislumbrar possibilidades para além da disciplina, da punição e da morte, uma espécie de respiro necessário quando passamos tempo demais olhando para dados

sobre assassinatos. Tais reflexões aparecem advindas de uma necessidade de olhar para algo além da violência sistêmica, mas também como um mecanismo para escapar de uma visão simplista do poder e da normatividade, que perpassam e constituem as ambiências midiáticas. É como se estivéssemos chamando atenção para o fato de que as dualidades nunca dão conta, não há em um polo um opressor e em outro um oprimido, a dinâmica não é uniforme desse modo, tampouco há polos simetricamente posicionados.

Nesse sentido, os estudos decoloniais e a denúncia efetuada por autoras que também voltaram a atenção para a constituição da diferença e a necessidade de responsabilização, que trouxemos aqui, permitem olhar para esse contexto de morte, para essa emergência social vivenciada cotidianamente pelas pessoas trans e travestis, de uma forma mais complexa. É possível, então, enxergar não só as dinâmicas de poder, de produção da diferença, de determinação da dissidência a partir de lógicas hierárquicas que estão explícitas nas abordagens midiáticas, mas também observar as nuances e as sutilezas de enfrentamento ali presentes, além dos embates mais diretos promovidos pelo movimento social. Produção e contraprodução estão, portanto, imbricados no que se refere à violência e à não-violência, como também à disciplina e à resistência, não de forma dicotômica, mas múltipla, assim como deve ser o enfrentamento.

Referências

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keyla (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans 2017**. Brasília: ANTRA, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BIONDI, Angie. **Corpo sofredor**: figuração e experiência no jornalismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **The force of nonviolence**: an ethico-political bind. New York: Verso, 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, s. v., n. 46, p. 311-340, jan./abr. 2016.

hooks, bell. **Talking Back**: Thinking Feminist, Thinking Black. Boston: South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, s. v. n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Dayane do Carmo Barretos é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa que o originou; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Joana Ziller é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG e coordenadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Como orientadora da pesquisa que deu origem a este artigo, contribuiu na delimitação da pesquisa e no desenvolvimento da discussão teórica, além de ter apoiado a revisão do texto.

Marco Aurelio Maximo Prado é doutor em Psicologia Social pela PUC/SP com pós-doutoramento pela University of Massachusetts/Amherst com apoio da Fundação Fulbright. É professor do Programa de Pós Graduação em Psicologia e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais. Como coorientador da pesquisa que deu origem a este artigo, contribuiu na delimitação da pesquisa e no desenvolvimento da discussão teórica, além de ter apoiado a revisão do texto.